

A guerra na Síria como guerra híbrida orientada à mudança de regime (2011–2024)

The Syrian War as Hybrid Warfare Oriented Toward Regime Change (2011–2024)

Rev. Bras. Est. Def. v. 13, e026014, 2026, p. 1–27
ISSN 2358-3932

ANA KAROLINA MORAIS DA SILVA

INTRODUÇÃO

A guerra na Síria costuma ser enquadrada, por conveniência tipológica, como “guerra civil” ou como “guerra por procuração” (Hinnebusch e Zintl 2015; Yazici 2018; Sottimano 2019; Phillips 2020; Glass 2025). No entanto, quando tomadas isoladamente, essas categorias deixam um vácuo analítico central sem resposta: como explicar que um levante inicialmente doméstico tenha se convertido, em poucos meses, em um teatro multidomínio de coerção prolongada, com escaladas calibradas, fragmentação insurgente persistente, disputa por governança e intervenções seletivas de potências globais e regionais, culminando na reconfiguração do campo político-militar após 2024?

Assim, a pergunta de pesquisa que orienta o artigo é: como a guerra na Síria (2011–2024) pode ser explicada para além das categorias de “guerra civil” e “guerra por procuração”? A hipótese central sustenta que o conflito deve ser interpretado como uma guerra híbrida orientada à mudança de regime, na qual instrumentos coerentes de coerção multidomínio, empregados de forma sincrônica e em interação com *proxies* locais, ampliaram custos, corroeram capacidades estatais e reorganizaram incentivos de atores armados ao longo do tempo, contribuindo para a exaustão do governo Assad e para a reconfiguração do campo político-militar no pós-2024.

Desta forma, o objetivo geral do artigo é reconstruir e demonstrar o mecanismo causal pelo qual instrumentos híbridos de coerção multidomínio, articulados à delegação da violência a atores locais, produziram o

Ana Karolina Morais da Silva é doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP) e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (Nupri/USP). Orcid.org/0000-0002-5627-9325. E-mail: anakmorais96@gmail.com.

desgaste estatal cumulativo e a mudança de regime na Síria, evidenciando a insuficiência analítica das categorias de “guerra civil” e “guerra por procuração” quando tomadas isoladamente. Essa proposição não nega a importância das clivagens internas nem reduz o conflito a um plano exógeno; ao contrário, afirma que as dinâmicas domésticas foram continuamente reestruturadas por instrumentos e patrocínios externos que operaram abaixo do limiar de uma guerra interestatal aberta.

Metodologicamente, o artigo mobiliza *process tracing* como estratégia de reconstrução causal voltada à identificação de sequências, pontos de inflexão e padrões de interação entre atores internos e externos. O procedimento consiste no “exame sistemático de evidência diagnóstica” analisada à luz da pergunta de pesquisa e das hipóteses, permitindo avaliar se os eventos observados são consistentes com as etapas do mecanismo proposto, sem pressupor monocausalidade (Collier 2011, 823). Para sustentar essa reconstrução, o texto combina revisão de literatura e análise documental como métodos qualitativos para mapear tendências e relações entre fontes heterogêneas, reforçando triangulação e robustez inferencial (Hart 1998; Bowen 2009).

Empiricamente, observa-se: (i) instrumentos (pressões jurídico-diplomáticas, sanções, operações informacionais, ação encoberta/assistência indireta e *proxies*); (ii) efeitos esperados sobre custos, capacidades estatais e incentivos/fragmentação de atores armados; e (iii) marcadores de reconfiguração territorial e político-militar, por meio de evidências sistematizadas. Assim, a próxima seção define guerra híbrida e operacionaliza mecanismos e indicadores; a seção “A Síria como nó estratégico de redesenho regional do Oriente Médio (2001–2011)” reconstrói 2001–2011 para mapear a gestação da coerção pré-2011; a seção “Síria: atores, territorialidade e reconfiguração do campo político-militar (2011–2024)” analisa 2011–2024, atores e territorialidade sob patrocínios externos; e as Considerações finais retomam o mecanismo testado e suas implicações.

GUERRA HÍBRIDA E MUDANÇA DE REGIME: CONCEITOS E MECANISMOS

A utilidade analítica do conceito de guerra híbrida não reside tanto em sua suposta novidade, mas em sua capacidade de descrever, com precisão operacional, campanhas em que a violência armada se articula a instrumentos não cinéticos de coerção e disputa política. Em contextos marcados pela porosidade da distinção entre atores internos e externos e entre espaços civis e militares, estratégias indiretas e multidomínio tornam-se especialmente eficazes para perseguir objetivos estratégicos sem acionar,

de forma inequívoca, os limiares de escalada típicos da guerra interestatal clássica (Hoffman 2007; 2009; Gerasimov 2016). Nesse sentido, a guerra híbrida oferece uma lente para compreender como grandes potências exploram a complexidade dos conflitos e da competição estratégica contemporâneos.

Para fins deste artigo, guerra híbrida será definida como a combinação sincrônica, integrada e adaptativa de instrumentos econômico-financeiros, jurídico-diplomáticos, informacionais e clandestinos, associada à delegação seletiva da violência a atores locais (*proxies*), com o objetivo de impor custos, degradar capacidades estatais e reconfigurar incentivos políticos de maneira cumulativa — sendo a convergência de mecanismos o ponto decisivo. Essa definição condensa o argumento de que dicotomias rígidas entre guerra convencional e irregular são inadequadas para a análise dos conflitos contemporâneos, pois adversários estatais e não estatais tendem a operar simultaneamente em múltiplas dimensões destes conflitos (Hoffman 2007; 2009).

O repertório contemporâneo da coerção indireta e suas trajetórias empíricas são capturados, a partir desta definição, através de seis eixos: (i) coerção econômico-financeira (sanções, restrições a transações, bloqueios de acesso a ativos e mercados); (ii) *lawfare* — ou guerra jurídica (isolamento diplomático, enquadramentos jurídico-normativos e disputas de legitimidade em arenas multilaterais); (iii) operações de informação (propaganda, desinformação, disputa por narrativas e amplificação transnacional de enquadramentos); (iv) ação encoberta (operações clandestinas, sabotagem, forças especiais e redes de apoio com negabilidade plausível); (v) assistência indireta (inteligência, treinamento, logística, financiamento e fornecimento seletivo de recursos); e (vi) utilização de *proxies* (delegação do combate e/ou da governança local a facções, milícias e redes armadas).

A precisão conceitual do termo *proxy* é objeto de crítica consistente na literatura, que rejeita o chamado “modelo patrocinador-*proxy*” por reduzir relações complexas, multidimensionais e ideologicamente ancoradas a vínculos meramente transacionais e hierárquicos, esvaziando a autonomia estratégica e a agência política dos atores locais, conforme Saad (2019) e Ghasemi Tari (2025) argumentam a respeito da relação Irã-Hezbollah. Acolhendo essa ressalva, o artigo não emprega *proxy* como sinônimo de subordinação ou de controle unívoco do patrocinador sobre o ator delegado. O termo é utilizado em sentido estritamente funcional, para designar a delegação seletiva do combate e/ou da governança local a facções, milícias e redes armadas dotadas de interesses, capacidades e trajetórias próprias, cuja relação com patrocinadores externos é frequentemente negociada, instável e marcada por autonomia relativa. Tal autonomia gera uma diver-

gência de agendas entre patrocinadores e delegados que contribui para a explicação da fragmentação insurgente, a competição por governança e a volatilidade de alianças analisadas adiante.

Esta definição não descreve instrumentos como camadas independentes, mas como componentes articulados de uma campanha. Trata-se de uma interpretação do conflito como uma arena multidomínio: admite que efeitos decisivos podem ocorrer fora do campo cinético, especialmente nos domínios cognitivo e político. Essa ênfase aproxima a definição tanto da noção de *cognitive battlespace*, a “batalha por significado” na qual legitimidade e identidade são disputadas como armas (Bachmann e Gunneriusson 2015), quanto do argumento de que meios não militares podem ser “mais eficazes” do que a força convencional para alcançar objetivos estratégicos (Gerasimov 2016).

Interpretamos que a Síria pode ser descrita, em certos níveis, como guerra civil e como guerra por procuração. Contudo, este artigo sustenta que ambas são descrições parciais quando tomadas como enquadramentos explicativos suficientes. O problema não é empírico (há violência intraestatal e há patrocínio externo), mas analítico: tais categorias tendem a privilegiar apenas um fragmento do mecanismo — o conflito armado doméstico ou a delegação externa do combate — subestimando a arquitetura sincrônica de instrumentos que redefine capacidades, incentivos e legitimidade ao longo do tempo.

A categoria “guerra civil” é útil para captar a dinâmica interna de competição pelo poder, mas, como explicação, tende a naturalizar a escalada como predominantemente endógena, minimizando como sanções, disputas jurídico-diplomáticas, apoio indireto e/ou clandestino e operações de informação alteram os parâmetros sob os quais a competição doméstica ocorre (Hoffman 2007; 2009).

A categoria “guerra por procuração”, por sua vez, ilumina a delegação do combate e o papel de patrocinadores externos, mas frequentemente concentra-se no patrocínio militar, tratando como secundários instrumentos não cinéticos que, nas campanhas contemporâneas, são constitutivos da reconfiguração político-institucional do Estado-alvo (Gerasimov 2016; Berzins 2016; 2020). Korybko radicaliza essa leitura ao propor que guerras híbridas funcionam como abordagens indiretas de mudança de regime, articulando mobilização política e guerra irregular em fases de uma mesma estratégia (Korybko 2018).

Assumimos, portanto, que a arena decisiva dos conflitos contemporâneos é simultaneamente material e cognitiva: vitórias táticas podem ser neutralizadas por derrotas narrativas, e a disputa por legitimidade pode produzir efeitos tão estratégicos quanto ganhos territoriais (Bachmann e

Gunneriusson 2015; Berzins 2016). Além disso, a ênfase em meios não militares e na mobilização de oposição interna aponta para mecanismos que atuam antes da guerra aberta, reorganizando o ambiente doméstico como condição de possibilidade para escaladas subsequentes (Gerasimov 2016).

Propõe-se, a seguir, um modelo causal em etapas para orientar o *process tracing* do caso sírio. O modelo especifica uma sequência plausível pela qual instrumentos híbridos produzem efeitos cumulativos de erosão estatal, combinando expectativas causais e indicadores observáveis (Hoffman 2009; Berzins 2016).

- (1) *Preparação do ambiente (normativa e cognitiva)*. A sequência inicia-se pela combinação sincrônica de *lawfare*, operações de informação e coerção econômico-financeira inicial, visando a produzir enquadramentos de ilegitimidade e restringir margens externas de manobra do governo-alvo antes da eclosão plena do conflito. Trata-se de uma fase em que a guerra é “montada” no plano normativo e cognitivo: estabilizam-se interpretações públicas e institucionais sobre a natureza do regime-alvo, elevando custos reputacionais e vulnerabilidades domésticas. Indicadores incluem intensificação de narrativas normativas sobre “ilegitimidade”, iniciativas de isolamento diplomático e disputas em fóruns multilaterais, acompanhadas de sinalizações e primeiras rodadas de medidas econômicas e campanhas de influência transnacionais (Bachmann e Gunneriusson 2015; Gerasimov 2016).
- (2) *Crise de autoridade e escalada da contestação interna*. A etapa seguinte corresponde à conversão da disputa política em problema de segurança e governabilidade. As operações de informação permanecem estruturantes — pois aceleram polarização, coordenam percepções e reconfiguram expectativas —, mas passam a operar em interação mais estreita com ação encoberta e assistência indireta incipiente, ampliando a capacidade de mobilização e coordenação de atores domésticos sob ambiguidade e negabilidade (Hoffman 2007; 2009). O mecanismo central é a ampliação do dilema repressão/legitimidade: respostas coercitivas tendem a retroalimentar enquadramentos de ilegitimidade, incentivando defecções e deslocando lealdades. Indicadores incluem escalada rápida de confrontos, sinais de coordenação clandestina e aumento de fluxos logísticos e financeiros não transparentes, acompanhados por polarização narrativa acelerada (Gerasimov 2016).
- (3) *Militarização indireta e delegação do combate*. A campanha tende então a entrar em uma fase de militarização indireta, combinando assis-

tência indireta, estabelecimento de relações com *proxies* e ação encoberda, com o objetivo de elevar os custos coercitivos do Estado-alvo e deslocar o centro de gravidade para a violência delegada e a guerra irregular, preservando a capacidade de negar autoria e calibrar escaladas. Patrocínios concorrentes e agendas divergentes podem produzir fragmentação insurgente, rivalidades entre grupos armados e competição por governança, multiplicando autoridades *de facto* e ampliando disputas por rotas e tributos — inclusive abrindo espaço para correntes mais radicais. Em paralelo, a coerção econômico-financeira, normalizada por enquadramentos jurídico-diplomáticos e intensificada por disputas informacionais, opera como multiplicador de erosão fiscal-administrativa: restrições a receitas e transações degradam serviços e salários, expandem economias paralelas e deslocam funções governamentais para arranjos armados, corroendo capacidade e legitimidade (Hoffman 2009; Derleth 2020).

- (4) *Contrabalanceamento e estabilização seletiva*. Por fim, a dinâmica pode ser parcialmente revertida por contrabalanceamento e estabilização do bloco pró-governo por meio do emprego calibrado de força (especialmente aérea, forças especiais e contratados), diplomacia e operações informacionais. Indicadores incluem inflexões territoriais após a entrada ou o ajuste do apoio externo, intensificação de campanhas narrativas, reconfiguração de alianças e negociação. Essa lógica é compatível com leituras de campanhas faseadas e multidomínio associadas ao paradigma postulado pelo pensamento militar russo (especialmente representado pela contribuição do Comandante das Forças Armadas da Federação Russa, Valery Gerasimov), no qual a batalha decisiva é simultaneamente política, psicológica e militar (Gerasimov 2016; Berzins 2020).

Esse modelo preserva duas intuições fundamentais: (i) a convergência de domínios e a simultaneidade de modalidades como padrão recorrente de conflito contemporâneo (Hoffman 2009); e (ii) a ênfase na escalada faseada e na centralidade do informacional e do psicológico como mecanismos de paralisia decisória e erosão de legitimidade (Gerasimov 2016; Berzins 2016). Ainda, ao incorporarmos a leitura sobre mudança de regime por abordagem indireta — da contestação “branda” à escalada violenta quando a primeira falha —, o modelo também permite formular expectativas sobre transições e pontos de inflexão (Korybko 2018).

Em campanhas contemporâneas, o objetivo não é apenas derrotar militarmente o adversário, mas reconfigurar o ambiente decisório e as condições de governabilidade por pressões multidomínio. A coerção econômico-

-financeira funciona como multiplicador estrutural de custos e mecanismo de erosão de capacidades: ao restringir receitas, transações e acesso a recursos, eleva o custo de governar e deteriora a provisão de serviços, deslocando incentivos para economias paralelas e arranjos armados de extração. A *lawfare* estabiliza normativamente pressões econômicas e políticas e comprime margens internacionais do governo-alvo, reorganizando incentivos de coalizões domésticas e externas (Gerasimov 2016).

No plano informacional, operações de influência moldam percepções e enquadramentos morais do conflito, podendo incentivar defecções e tornar vitórias militares insuficientes se o *cognitive battlespace* permanecer adverso (Bachmann e Gunneriusson 2015). A ação encoberta viabiliza escalada calibrada e negabilidade plausível, produzindo assimetrias sob ambiguidade e deslocando incentivos decisórios. A assistência indireta eleva capacidades de parceiros locais, mas pode gerar efeitos ambivalentes quando há patrocínios concorrentes, intensificando fragmentação e volatilidade de alianças. Finalmente, *proxies* deslocam o confronto para o plano intraestatal, preservando a rivalidade interestatal abaixo do limiar de guerra aberta e afetando diretamente o monopólio da violência, a governança territorial e a capacidade coercitiva do Estado-alvo (Hoffman 2009; Korybko 2018).

Ao definir guerra híbrida como arquitetura sincrônica de instrumentos e ao especificar mecanismos de erosão estatal e uma sequência causal com indicadores observáveis, esta seção estabelece um arcabouço mínimo e testável para o caso sírio. O objetivo não é substituir descrições de guerra civil e guerra por procuração, mas integrá-las a um mecanismo mais amplo de coerção indireta, competição narrativa e delegação de violência, cuja lógica é produzir custos cumulativos, degradação de capacidades e reordenação de incentivos ao longo do tempo (Hoffman 2009; Gerasimov 2016; Berzins 2016; Korybko 2018). Aplicando esse modelo analítico, a próxima seção reconstrói os antecedentes do conflito sírio (2001–2011) como o período em que se consolidam enquadramentos jurídico-diplomáticos, vulnerabilidades econômicas, redes de influência e padrões de patrocínio que tornam inteligível a passagem de pressões indiretas para a escalada híbrida aberta após 2011.

A SÍRIA COMO NÓ ESTRATÉGICO DE REDESENHO REGIONAL DO ORIENTE MÉDIO (2001–2011)

Esta seção reconstrói sobretudo a Etapa 1 do modelo analítico proposto — a preparação normativa e cognitiva do ambiente —, identificando a gestação, entre 2001 e 2011, dos enquadramentos jurídico-diplomáticos,

das vulnerabilidades econômicas e das redes de influência que tornariam possível a ativação sincrônica dos demais instrumentos após 2011.

No período anterior à eclosão do levante de 2011, a Síria já havia sido progressivamente reposicionada, tanto por Washington quanto por seus aliados regionais, como um tabuleiro privilegiado de articulação geopolítica, com capacidade de influir, mesmo que sob condições de constrangimento sistêmico, sobre o equilíbrio regional. Essa centralidade não decorreu de um determinismo geográfico ou sectário, mas de uma combinação de percepções estratégicas: (i) a Síria como elo territorial, logístico e político do eixo Irã-Síria-Hezbollah; (ii) sua relevância para a contenção do Irã e para a preservação da dissuasão israelense; e (iii) sua capacidade de condicionar alinhamentos regionais em um Oriente Médio já marcado por rivalidades multipolares e por competição de esferas de influência (Rabinovich 2011; Hinnebusch 2020). Considerando que campanhas híbridas geralmente iniciam-se pela preparação midiática do ambiente externo antes da escalada militar, observamos este padrão se repetindo na Síria: procura-se produzir constrangimentos externos, custos reputacionais e identificação de vulnerabilidades internas capazes de estreitar as opções do governo-alvo e reorganizar incentivos de aliados e opositores.

A partir de setembro de 2001, a “Guerra ao Terror” ampliou o raio de ação do aparato de segurança dos Estados Unidos e forneceu um léxico político-estratégico capaz de legitimar práticas indiretas e multidomínio em nome de um objetivo supostamente universal: conter redes terroristas. O ponto, porém, é que a década subsequente tornou visível uma dinâmica ambígua: ao mesmo tempo em que se declarava combater a radicalização, os arranjos institucionais e as intervenções que se seguiram produziram um ambiente regional mais permeável a penetrações externas, à circulação transnacional de combatentes e à expansão de economias ilícitas e redes armadas (Moniz Bandeira 2024).

Nesse contexto, a Síria passou a ser percebida menos como um caso isolado de autoritarismo e mais como uma peça de ligação entre agendas de segurança (terrorismo e insurgência), disputas de alinhamento (Irã e Hezbollah) e objetivos regionais de aliados-chave (Israel, Arábia Saudita, Qatar e Turquia). Não por acaso, relatos sobre deliberações iniciais no pós-11/9 já indicavam que a troca de regime figurava como possibilidade dentro de um horizonte mais amplo de reconfiguração regional (Boyer 2003; Van Wagenen 2025). Ainda assim, convém evitar leituras teleológicas: tais percepções estruturavam preferências e antecipavam cenários, mas sua tradução em política concreta dependia de custos esperados, riscos de escalada e oportunidades conjunturais — precisamente o tipo de cálculo que sustenta estratégias “abaixo do limiar” em campanhas híbridas (Hoffman 2009).

Com a invasão do Iraque em 2003, esse processo ganhou densidade institucional e tornou-se mais inteligível em seus instrumentos. Washington acusou Damasco de facilitar o trânsito de militantes e, a partir daí, intensificou coerção diplomática e sanções, ao mesmo tempo em que mobilizou pressões multilaterais em torno do Líbano. O objetivo era duplo: fraturar as conexões externas do regime sírio e sinalizar que a continuidade do governo Assad seria crescentemente incompatível com os termos da ordem regional desejada por Washington e por seus parceiros (Hinnebusch e Zintl 2015; Van Wagenen 2025).

No plano jurídico, o marco foi a aprovação do “Syria Accountability and Lebanese Sovereignty Restoration Act” (2003), que autorizou sanções e codificou um enquadramento normativo de ilegitimidade associado a terrorismo, armas de destruição em massa e interferência no Líbano (U. S. 2003). Mais do que um instrumento econômico isolado, a lei operou como uma espécie de “infraestrutura” jurídico-política para a coerção: ao restringir comércio, tecnologia e acesso a circuitos financeiros, reduzia margens externas e criava condições para que, diante de uma janela de oportunidade, pressões mais amplas pudessem ser escaladas com base em fundamentos já normalizados. Em paralelo, a disputa informacional começava a adquirir centralidade como mecanismo de produção de reconhecimento e de disputa por legitimidade, coerente com a noção de *cognitive battlespace* apresentada por Bachmann e Gunneriusson (2015).

Nesse mesmo período, consolidava-se um repertório complementar, menos visível e, justamente por isso, mais maleável: operações encobertas e formas de assistência indireta. As dificuldades e os custos da ocupação no Iraque, somados à crescente fadiga doméstica com intervenções diretas, favoreceram a expansão de práticas de “zona cinzenta” voltadas a influenciar equilíbrios internos sem a assinatura explícita de uma invasão. Em 2007, Seymour Hersh descreveu a lógica de um “redirecionamento” estratégico em que Washington, em coordenação clandestina com a Arábia Saudita, buscaria enfraquecer Irã e Síria mesmo sob o risco de empoderar redes sunitas radicalizadas “simpáticas à al-Qaeda” (Hersh 2007).

No ano seguinte, um estudo da RAND Corporation preparado para o Exército dos Estados Unidos explicitou, com notável franqueza, a possibilidade de explorar fissuras sectárias e ideológicas como instrumento de contenção regional, recomendando ação encoberta, operações informacionais, guerra não convencional e apoio a forças locais — e reconhecendo que o fortalecimento de jihadistas¹ poderia ser um efeito colateral “gerenciável” se redirecionasse a violência para rivalidades internas (Pernin et al. 2008). Portanto, antes mesmo de 2011, ano de eclosão do conflito sírio, já estava em circulação um repertório conceitual e operacional compatível com a

definição mínima de guerra híbrida adotada no artigo — isto é, uma combinação sincrônica entre coerção, informação, clandestinidade e delegação, orientada a reconfigurar incentivos domésticos e regionais.

Ao longo dessa década, a percepção da Síria como nó estratégico também foi reforçada por disputas de conectividade regional e por fatores geoeconômicos que ampliavam o peso estratégico do território sírio. A recusa de Damasco, em 2009, em hospedar um corredor de gás Qatar-Turquia — e, pouco depois, a circulação de alternativas envolvendo Irã-Iraque-Síria — elevou as apostas, pois conectava o futuro político do regime a debates mais amplos sobre rotas, mercados e capacidade de aliados e rivais influenciarem fluxos energéticos (Ahmed 2013).

Ainda que esse vetor não determine automaticamente decisões estatais, ele compõe o pano de fundo de percepções no qual objetivos de segurança e economia política se imbricam, reforçando a interpretação de que a queda de Assad teria efeitos sistêmicos ao potencialmente interromper o eixo Irã-Síria-Hezbollah — cálculo que aparece de modo recorrente em análises contemporâneas sobre a dissuasão israelense e a contenção do Irã (Rabinovich 2011).

Neste sentido, instrumentos capazes de corroer capacidade fiscal-administrativa e governança territorial são aplicados para enfraquecer o Estado-alvo tanto quanto para reordenar o tabuleiro regional a partir de um ponto de articulação sensível. No plano estrutural, o período 2001-2011 consolidou uma arquitetura de coerção em quatro dimensões: (i) pressão jurídico-diplomática que enquadrava o governo como ilegítimo e restringia margens externas; (ii) coerção econômico-financeira em gestação, com potencial de atingir receitas e transações; (iii) operações informacionais voltadas à disputa por legitimidade; e (iv) capacidade de ação encoberta e assistência indireta como repertório plausível para explorar fissuras e apoiar atores locais. No plano conjuntural, a crise de 2007-2008 intensificou vulnerabilidades internas e a sensibilidade a choques políticos, ampliando a propensão à mobilização (Moniz Bandeira 2024).

A partir da Primavera Árabe,² abriu-se uma janela de contestação doméstica — real e politicamente significativa — que permitiu a ativação e escalada de instrumentos híbridos já disponíveis, enquanto potências globais e regionais possuíam incentivos próprios (e nem sempre convergentes) para reconfigurar Damasco em favor de um governo hostil ao Irã e compatível com suas preferências ideológicas e estratégicas (Glass 2025). Esse ponto é decisivo para evitar reducionismos: reconhecer a importância de agendas externas não significa negar a agência doméstica, mas situá-la em um contexto em que pressões legais, econômicas e informacionais já haviam moldado o terreno de possibilidades. Em outros termos, a janela

de 2011 não “criou” a arquitetura; ela permitiu sua ativação: a contestação interna funcionou como gatilho para que pressão jurídico-diplomática, coerção econômica, disputa informacional e vias encobertas de apoio passassem a operar sincronicamente, representando a lógica de convergência e simultaneidade que caracteriza campanhas híbridas (Hoffman 2009; Gerasimov 2016).

Esse encadeamento também ajuda a explicar por que o caso sírio divergiu de outros teatros do mesmo ciclo. Diferentemente de contextos em que a substituição do governante poderia ocorrer por rearranjo intra-elite, a Síria apresentava um Estado densamente imbricado ao regime e um aparato coercitivo “*coup-proofed*”, tornando a remoção de Assad equivalente a reconfigurar a própria ordem estatal — o que elevava custos, incentivava delegação e favorecia a passagem a estratégias indiretas e de procuração (Phillips 2020; Glass 2025).

Ao mesmo tempo, o valor estratégico atribuído ao eixo Irã-Síria-Hezbollah fazia com que o futuro de Damasco fosse percebido como um jogo de soma elevada, no qual múltiplos patrocinadores tenderiam a intervir para testar linhas de influência e proteger interesses. A partir daí, o argumento do artigo encontra seu ponto de inflexão: a próxima seção reconstrói como, com o início do conflito em 2011, a entrada e a competição de patrocínios externos — Estados Unidos, Turquia, Qatar e Arábia Saudita, de um lado, e Rússia, Irã e Hezbollah, de outro — operaram como mecanismos de escalada híbrida, reconfigurando incentivos armados, fragmentando a oposição e convertendo a Síria no tabuleiro mais sensível de confrontação indireta e disputa por governança no Oriente Médio contemporâneo (Hinnebusch 2020).

SÍRIA: ATORES, TERRITORIALIDADE E RECONFIGURAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO-MILITAR (2011–2024)

Em diálogo com o modelo analítico, esta seção percorre as Etapas 2 a 4 do mecanismo proposto: a crise de autoridade e a escalada da contestação interna (Etapa 2), a militarização indireta e a delegação do combate (Etapa 3) e o contrabalanceamento e a estabilização seletiva do bloco pró-regime (Etapa 4), demonstrando como cada uma se materializou na reconfiguração territorial e político-militar do conflito.

A partir de 2011, a guerra na Síria consolidou um campo político-militar marcado pela multiplicação de atores armados, pela segmentação territorial e pela instabilidade de alianças. A combinação entre repressão estatal, defeções militares, insurgência local e patrocínios externos produziu uma ecologia bélica fragmentada, na qual facções com objetivos divergen-

tes disputaram controle, recursos e legitimidade. Esse quadro inclui forças governistas como o Exército Árabe Sírio (SAA) e milícias associadas, coalizões insurgentes inicialmente aglutinadas sob o rótulo do Exército Sírio Livre (FSA), organizações jihadistas como o Estado Islâmico (ISIS) e o eixo Jabhat al-Nusra/Hay'at Tahrir al-Sham (HTS) e forças curdas reorganizadas como Forças Democráticas Sírias (SDF) sob liderança das Unidades de Proteção Popular (YPG). Cada uma dessas formações operou dentro de redes de alinhamento que conectavam a arena doméstica a agendas regionais e globais, prolongando o conflito e convertendo a territorialidade em variável estratégica central (Erich 2014; Abrams 2021; Drevon 2024; Rolandsen e Selvik 2024).

Nos primeiros anos (2011-2013), que corresponderam à Etapa 2 do modelo causal, o aparato estatal sírio preservou vantagens materiais decisivas e respondeu combinando repressão direta, operações de cerco e adaptação organizacional. O SAA, inicialmente estruturado como força convencional, enfrentou erosão por deserções e sobrecarga operacional, mas compensou essa fragilidade por meio da incorporação de milícias e redes paramilitares que ampliaram sua capacidade de presença local. Paralelamente, o regime buscou projetar uma imagem de estabilidade e continuidade institucional, enquanto tratava os focos insurgentes como ameaças existenciais à integridade territorial. Esse padrão favoreceu uma guerra de enclaves: centros e corredores logísticos estratégicos foram defendidos com prioridade, enquanto periferias e cinturões rurais se tornaram zonas mais permissivas à insurgência (Saouli 2014; Visentini 2014; Yazici 2018; Phillips 2020).

Do lado opositor, o FSA emergiu como símbolo de uma insurgência ampla, composta por desertores e novos recrutas, mas sua coesão foi permanentemente tensionada pela pluralidade de agendas e pela dependência de canais externos concorrentes: o apoio de potências ocidentais e regionais — Estados Unidos, Reino Unido e França, em articulação com Turquia, Arábia Saudita e Qatar — elevou a capacidade operacional de segmentos da oposição por meio de treinamento, corredores logísticos e fornecimento de equipamentos com utilidade tática, porém reforçou assimetrias de coordenação ao induzir relações diretas entre patrocinadores e unidades específicas. Com o tempo, a provisão por unidades e a assistência segmentada, estruturadas por mecanismos de seleção e monitoramento que privilegiavam controle sobre coesão, enfraqueceram tentativas de centralização e aprofundaram a competição interna por recursos, rotas e reconhecimento político, dificultando a constituição de uma autoridade insurgente unificada; a infraestrutura regional foi decisiva para essa arquitetura, com Turquia e Jordânia funcionando como espaços de coordenação e circulação que sustentaram fluxos relativamente contínuos de suporte, treinamento

e inteligência. Ao mesmo tempo, a cooperação tática do FSA com forças islamistas em frentes contra o regime produziu ambivalências estratégicas, inclusive por ampliar temores sectários em minorias e reforçar a capacidade de atores mais disciplinados e radicalizados (Visentini 2014; Erlich 2014; Salehyan, Siroky e Wood 2014; Schaller 2016; Rolandsen e Selvik 2024; Drevon 2024; Glass 2025).

A internacionalização do conflito marcou o início do período de militarização indireta e delegação do combate (Etapa 3), e ocorreu de modo precoce e relativamente simétrico: enquanto redes ocidentais e regionais sustentavam uma oposição heterogênea, Irã e, posteriormente, Rússia e Hezbollah tornavam-se pilares da sobrevivência do regime, consolidando a Síria como um campo de disputa indireta em que instrumentos híbridos — assistência indireta, ação encoberta, informação e coerção econômica — passaram a incidir sobre capacidades e incentivos dos beligerantes (Abrams 2021; Drevon 2024). A partir de 2013, essa engrenagem ganhou densidade operacional por meio de programas de apoio e coordenação que buscavam ampliar a capacidade insurgente sem assumir “propriedade” do conflito, combinando a verificação de antecedentes, ciclos curtos de treinamento e controle de provisões por parcelas; na prática, porém, a coordenação via *hubs* e centros de operações com eixos na Turquia e na Jordânia vinculou unidades a patrocinadores e reforçou uma oposição “em mosaico”, com múltiplas coalizões e rivalidades alimentadas pela própria arquitetura de assistência, o que ajuda a explicar por que a oposição preservou capacidade de combate, mas não convergiu para governança nem para coordenação estratégica durável, aprofundando a fragmentação do campo anti-Assad (Erlich 2014; Salehyan, Siroky e Wood 2014; Rolandsen e Selvik 2024; Drevon 2024).

A fase 2014-2015 reordenou o campo político-militar por duas dinâmicas convergentes: a ascensão territorial do ISIS e a mudança do regime de intervenção externa. O ISIS explorou a porosidade fronteiriça e a desorganização do ambiente insurgente, combinando projeto de dominação territorial e capacidade de mobilização transnacional. Sua expansão deslocou o centro de gravidade da guerra para o eixo do Eufrates e para áreas onde controle territorial, economia de guerra e governança coercitiva podiam ser integrados. A derrota do ISIS viria mais tarde, ao redor de 2019, mas sua emergência impôs novas hierarquias estratégicas aos demais atores, reconfigurando alianças e prioridades de patrocínio (Erlich 2014; Heibner et al. 2017; Hassan 2017; 2019; Drevon 2024). Nesse mesmo período, a intervenção russa em 2015 alterou decisivamente a correlação de forças ao combinar poder aéreo, assessoramento e coordenação com forças do regime e aliados, revertendo perdas e consolidando o eixo governista em torno

do corredor ocidental e de centros urbanos estratégicos (Al-Fawwaz 2018; Phillips 2020; Mohamad 2023).

A intervenção russa de 2015 inaugura a Etapa 4 de contrabalanceamento e estabilização seletiva. A partir da intervenção russa, as principais formações armadas passaram a operar em regimes territoriais relativamente estabilizados, mas governados por lógicas distintas. O regime, amparado por Rússia e Irã, priorizou retomar a “espinha” urbana e eixos de conectividade, recorrendo a cerco, reconquista e acordos de reconciliação como mecanismos de reintegração coercitiva. A sustentação externa foi decisiva: a Rússia forneceu cobertura diplomática e militar, inclusive com capacidade de barganha em arenas multilaterais, enquanto o Irã e o Hezbollah forneceram pessoal, financiamento e logística, além de uma arquitetura de milícias transnacionais que ampliou a capacidade terrestre do campo pró-governo (Bilgin 2018; Phillips 2020; Grajewski 2021; Mohamad 2023).

Cabe sublinhar que esse apoio obedeceu a cálculos pragmáticos e a interesses estratégicos próprios de cada patrocinador, e não a uma aliança de natureza pessoal com Bashar al-Assad: para a Rússia, tratava-se de preservar acesso ao Mediterrâneo, projeção regional e capacidade de barganha; para o Irã e o Hezbollah, de sustentar o corredor logístico do “Eixo da Resistência” e a dissuasão frente a Israel e aos Estados Unidos. Essa natureza instrumental do alinhamento é decisiva para compreender o posterior distanciamento de Teerã e do Hezbollah em relação ao regime nos momentos que antecederam sua queda, quando Assad passou a ser percebido como um ônus estratégico e ambos os patrocinadores, absorvidos por outros teatros, redirecionaram recursos e prioridades (Srivastava, England e Bozorgmehr 2024). O resultado foi uma recomposição territorial que reduziu riscos imediatos de colapso estatal, sem, contudo, produzir recomposição nacional plena de governança.

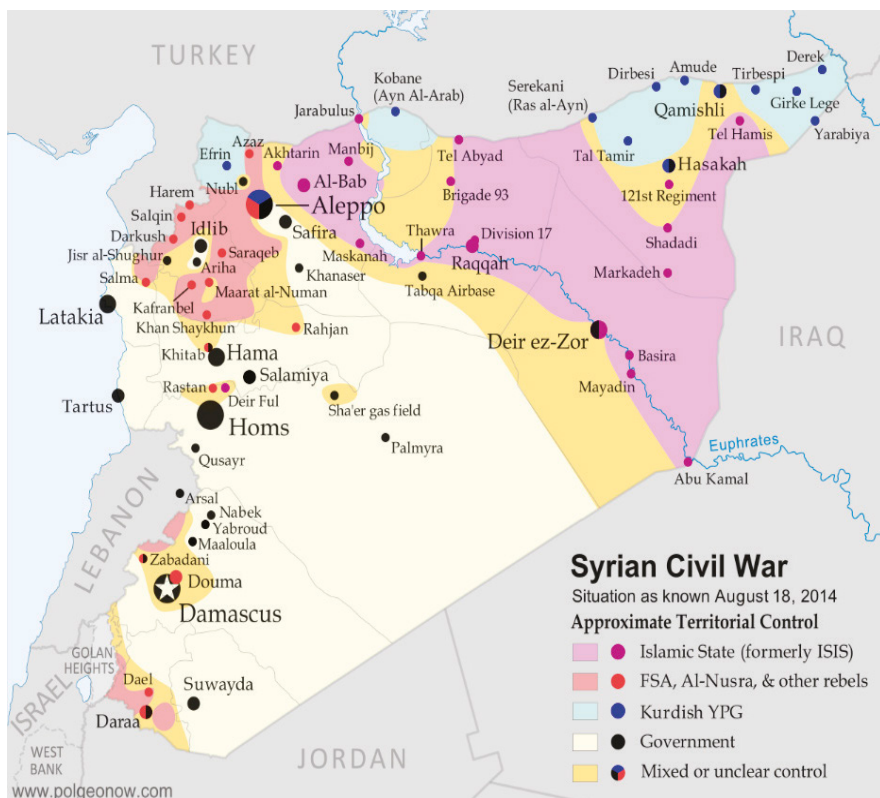
No campo oposicionista, o declínio relativo do FSA e a ascensão de correntes jihadistas evidenciaram como a fragmentação se tornou estrutural. Jabhat al-Nusra, e depois HTS, ampliaram influência ao combinar eficácia militar, arbitragem de disputas e construção de aparatos administrativos. Reformulações de identidades (*rebranding*) e fusões funcionaram como adaptação a um ambiente de pressão, no qual o rótulo “al-Qaeda” gerava custos operacionais e políticos. A constituição de órgãos de governança vinculados à HTS — com capacidade de taxar, policiar e administrar serviços — aprofundou a territorialização do poder insurgente em Idlib e arredores, ao mesmo tempo em que aumentou a dependência de equilíbrios externos, sobretudo o corredor de tolerância e gestão de risco associado à Turquia em contextos de desescalada e barganhas regionais (Lister 2017; CSIS 2018; Galia e Schweitzer 2020; Drevon e Haenni 2021; Balanche

2024). Assim, a oposição armada não convergiu para uma autoridade alternativa unificada; ao contrário, consolidou subcampos concorrentes, com regras internas e economias políticas próprias.

A dimensão curda acrescentou um eixo específico de territorialidade e alinhamento. A YPG, e depois a SDF (2015), consolidaram uma administração *de facto* no nordeste da Síria ao combinar aparato de segurança local e parcerias externas direcionadas ao combate ao ISIS. Esse arranjo foi simultaneamente habilitador e constrangedor: permitiu ganhos territoriais relevantes, mas intensificou a percepção de ameaça da Turquia, que equiparou a YPG ao PKK.³ As operações turcas (Euphrates Shield, Olive Branch, Peace Spring), executadas com apoio de auxiliares locais reorganizados como Exército Nacional Sírio (SNA), produziram uma cintura de influência no norte e reorientaram objetivos de parte da oposição armada para uma lógica de controle fronteiriço e contenção curda, mais do que a derrubada de Damasco (Van Dam 2017; Bilgin 2018; Gadelmola 2024; Rolandsen e Selvik 2024; Drevon 2024). Desse modo, a guerra passou a operar por camadas territoriais: zonas de influência com governança subordinada a patrocinadores, frentes estabilizadas por desescalada e arenas onde a disputa ocorria por capacidade de administrar recursos, rotas e populações.

Os Mapas 1 (agosto de 2014) e 2 (setembro de 2019) ilustram a reconfiguração do campo político-militar por regimes territoriais concorrentes na Síria. Em 2014, o mapa torna imediatamente visível o auge da fragmentação dos grupos beligerantes e, sobretudo, a emergência do ISIS como projeto de dominação territorial conectado ao eixo do Eufrates. Em 2019, o contraste evidencia a mudança de hierarquias estratégicas: retração do ISIS como ente territorial, consolidação de uma ampla zona sob a SDF/YPG no nordeste, recomposição do regime e aliados na região ocidental após 2015 e cristalização de zonas de influência (incluindo áreas sob tutela/gestão turca), mostrando como a guerra opera por camadas sobrepostas e concorrentes de controle e governança. Os Mapas 1 e 2, a seguir, conectam diretamente a discussão sobre multiplicação de atores, segmentação territorial, instabilidade de alianças e internacionalização do conflito.

Entre 2019 e 2024, a territorialidade consolidou um equilíbrio competitivo com linhas de frente relativamente estáveis, mas com intensa atividade militar externa seletiva e persistência de insurgências residuais. O ISIS, embora derrotado em sua dimensão territorial, manteve células e capacidade de ataque em áreas desérticas e rurais, explorando lacunas de governança e a fragmentação entre zonas administradas por atores rivais (The Carter Center 2017; Hassan 2017; 2019). Em paralelo, a coerção econômica e a pressão jurídico-diplomática das potências ocidentais funcionaram como multiplicadores de degradação administrativa: ao restrin-

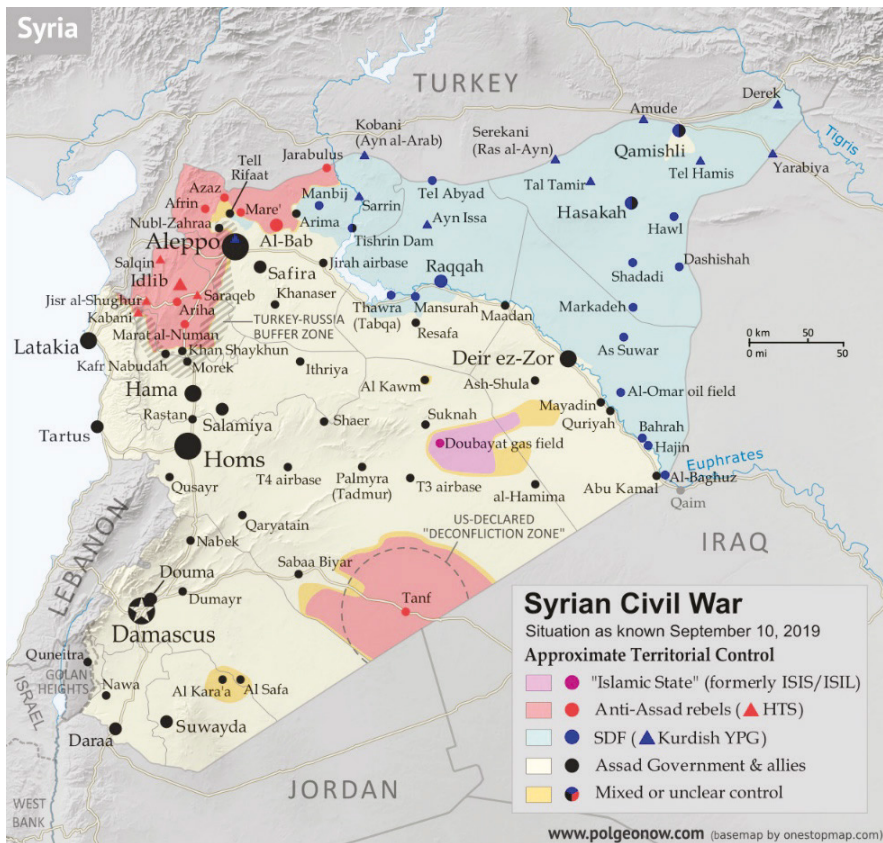


Mapa 1 — Controle Territorial na Síria em 18 de Agosto de 2014.

Fonte: Centanni 2014.

gir receitas e transações, intensificaram a fragilidade de provisão estatal e ampliaram incentivos para economias paralelas e intermediações armadas, com impacto direto na capacidade do regime de recompor governança em áreas recuperadas (CSIS 2019). Ao mesmo tempo, Israel sustentou uma campanha de interdição contra a consolidação iraniana e transferências ao Hezbollah, articulando pressão cinética seletiva e gestão de escalada, sobretudo após 2015, quando a presença russa tornou-se um elemento operacional relevante (Bilgin 2018; Phillips 2019; Sottimano 2019).

Nos últimos dois meses de 2024, houve uma ruptura abrupta do arranjo consolidado: a queda do regime e a ascensão de uma autoridade provisória liderada pelo HTS, com recomposição transacional com facções apoiadas pela Turquia e tentativas iniciais de acomodação com a SDF em partes do nordeste. Essa inflexão final deve ser interpretada à luz de tendências



Mapa 2 — Controle Territorial na Síria em 10 de Setembro de 2019.

Fonte: Centanni e Djukic 2019.

acumuladas ao longo do ciclo 2011-2024: (i) fragmentação oposicionista moldada por patrocínios concorrentes e competição por governança; (ii) estabilização territorial dependente de equilíbrios externos e desescalada; (iii) centralidade de instrumentos híbridos — assistência indireta, informação, coerção econômica — para reordenar capacidades e incentivos de atores locais; e (iv) persistência de ordens armadas paralelas que substituíram, em múltiplas regiões, a autoridade estatal contínua (Phillips 2020; Abrams 2021; Drevon 2024; Rolandsen e Selvik 2024).

Desta maneira, três conjuntos de achados sustentam a leitura da guerra na Síria como guerra híbrida orientada à mudança de regime. O primeiro conjunto de resultados refere-se à continuidade e à preparação da coerção

pré-2011. A periodização 2001-2011 evidenciou a constituição de uma arquitetura de pressão que antecede a eclosão da insurgência e contribui para explicar a rapidez da internacionalização e da complexificação do conflito. Observa-se a presença de instrumentos jurídico-diplomáticos, regimes de sanções, iniciativas de isolamento político e disputas informacionais que, ao longo do tempo, reduziram margens de manobra e produziram vulnerabilidades institucionais e econômicas. Esses elementos não substituem as condições domésticas do levante, mas ajudam a esclarecer por que a crise pôde ser rapidamente reconfigurada como coerção prolongada, com efeitos estruturantes sobre a capacidade de governança e sobre o ambiente estratégico no qual atores internos passaram a operar.

Um segundo resultado decorre da análise de 2011-2024 e diz respeito ao caráter sincrônico e cumulativo da coerção. A evidência sistematizada aponta para a articulação entre pressões econômico-legais, operações informacionais, ação encoberta e assistência indireta, combinadas à delegação do combate por meio de *proxies* locais, produzindo efeitos convergentes sobre a dinâmica do conflito. Entre esses efeitos destacam-se a elevação persistente dos custos de governar, a degradação de capacidades estatais de coerção e administração e a reordenação de incentivos de atores armados, associada à manutenção de padrões de fragmentação e competição intra-insurgente. Em termos analíticos, o patrocínio externo operou como vetor de reestruturação contínua do campo doméstico, condicionando alianças, repertórios de violência e disputas por legitimidade e governança.

O terceiro achado relevante refere-se ao papel das intervenções seletivas e de seus efeitos sobre territorialidade e governança. A dinâmica do conflito foi marcada por momentos de inflexão nos quais decisões externas alteraram custos, capacidades e oportunidades, sem necessariamente ultrapassar o limiar de uma guerra interestatal aberta. Nesse quadro, os marcadores de reconfiguração territorial e político-militar identificados ao longo do período, incluindo perdas e recomposições de controle territorial, erosão institucional, consolidação de arranjos armados concorrentes e disputa por formas alternativas de governança, são compatíveis com a definição de mudança de regime adotada no artigo. Assim, os resultados indicam que a orientação à mudança de regime pode produzir efeitos parciais e cumulativos, com impactos mensuráveis na viabilidade política e administrativa do regime-alvo, independentemente de um desfecho decisivo imediato.

Em conjunto, esses achados confirmam a hipótese central e atendem ao objetivo geral do artigo, ao demonstrarem que a coerção multidomínio, articulada à delegação da violência a *proxies* locais, reestruturou continuamente a dinâmica do conflito e produziu, de forma cumulativa, o desgaste estatal e a reconfiguração do campo político-militar sírio observados no período.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ler a guerra na Síria como guerra híbrida orientada à mudança de regime, o artigo evidenciou que as categorias de “guerra civil” e “guerra por procuração”, embora úteis para descrever dimensões relevantes do conflito, tornam-se insuficientes quando tomadas isoladamente, pois não capturam o encadeamento causal que converte a crise em desgaste estatal prolongado e reorganização do campo político-militar.

Confrontando hipótese e achados, conclui-se que a interpretação da guerra na Síria como guerra híbrida orientada à mudança de regime oferece maior poder explicativo para o problema proposto do que o uso isolado das tipologias tradicionais. As evidências analisadas sugerem que clivagens internas constituíram condições necessárias para a eclosão e a persistência do conflito, mas não foram suficientes para explicar sua conversão em coerção prolongada e multidomínio. Do mesmo modo, o componente de procuração é empiricamente relevante, porém analiticamente incompleto sem a reconstrução do mecanismo que conecta instrumentos, efeitos e sequências. Desse modo, a principal contribuição do artigo reside na demonstração, com base em evidências sistematizadas, de que a coerção multidomínio, em interação com *proxies* locais, reestruturou continuamente a dinâmica do conflito e contribui para compreender a reconfiguração do campo político-militar no pós-2024.

Cabe reconhecer os limites do estudo. A reconstrução apoiou-se em *process tracing* sobre um único caso e em fontes documentais e bibliográficas de natureza majoritariamente secundária, o que favorece a profundidade analítica, mas restringe a generalização direta dos achados e a mensuração precisa da contribuição relativa de cada instrumento híbrido. Permanecem, ademais, lacunas a serem exploradas em investigações futuras: a aplicação comparada do modelo a outros teatros do mesmo ciclo, a incorporação sistemática de fontes primárias e a análise mais detida das dinâmicas do período pós-2024, cujas consequências geopolíticas ainda se encontram em curso e não se deixam esgotar no escopo temporal aqui adotado.

Nesse sentido, a queda do regime, ao final de 2024, não deve ser lida como refutação, mas como corolário do mecanismo analisado: o desfecho resultou menos de uma derrota militar convencional do que da exaustão cumulativa produzida por mais de uma década de pressão multidomínio, agravada quando os principais sustentáculos externos do governo, absorvidos por outras frentes e tendo revisto os custos estratégicos da sustentação de Assad, redirecionaram recursos e prioridades (Srivastava, England e Bozorgmehr 2024). A reconfiguração do campo político-militar sírio no pós-2024, ainda incipiente e instável, confirma a persistência

de ordens armadas concorrentes e a centralidade dos equilíbrios externos, reforçando a pertinência de uma agenda de pesquisa atenta aos legados híbridos do conflito.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e é resultado do estágio de pesquisa doutoral realizado no Departamento de Estudos de Guerra do King's College London (processos 2022/12.180-2 e 2024/16.308-9).

REFERÊNCIAS

Abrams, A. B. 2021. *World War in Syria: Global Conflict on Middle Eastern Battlefields*. Clarity Press, Inc.

Ahmed, Nafez. 2013. "Syria intervention plan fueled by oil interests, not chemical weapon. concern." *The Guardian* (Ago.). www.theguardian.com/environment/earth-insight/2013/aug/30/syria-chemical-attack-war-intervention-oil-gas-energy-pipelines.

Al-Fawwaz, Abdulrahman. 2018. "Russian Intervention in the Middle East: Political and Economic Dimensions." *Journal of Studies in Social Sciences* 17, no. 2: 112–36. www.researchgate.net/publication/329116899_Russian_intervention_in_the_Middle_East_Political_and_Economic_Dimensions.

Bachmann, Sascha-Dominik e Haykan Gunneriusson. 2015. "Hybrid Wars: the 21st-century's new threats to global peace and security." *Scientia Militaria: South African Journal of Military Studies* 43, no. 1: 77–98. scientiamilitaria.journals.ac.za/pub/article/view/1110.

Balanche, Fabrice. 2024. "After 13 years of conflict, Syria is a failed state." *Fabrice Balanche* (Mar.). www.fabricebalanche.com/en/media/after-13-years-of-conflict-syria-is-a-failed-state.

Berzins, Janis. 2016. "The West is Russia's Main Adversary, and the Answer is New Generation Warfare." *Sicherheit und Frieden* 34, no. 3: 171–6. www.jstor.org/stable/26428998.

Berzins, Janis. 2020. "The Theory and Practice of New Generation Warfare: The Case of Ukraine and Syria." *The Journal of Slavic Military Studies* 33, no. 3: 355–80. www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13518046.2020.1824109.

- Bilgin, Inci. 2018. *Intersecting Interventions of Global and Regional Powers in the Syrian Civil War: Motives, Methods, and Timing*. Middle East Technical University.
- Bowen, Glenn A. 2009. "Document Analysis as a Qualitative Research Method." *Qualitative Research Journal* 9, no. 2: 27–40. www.emerald.com/qrj/article-abstract/9/2/27/360733/Document-Analysis-as-a-Qualitative-Research-Method?redirectedFrom=fulltext.
- Boyer, Peter J. 2003. "General Clark's Battles" *The New Yorker* (Nov.). www.newyorker.com/magazine/2003/11/17/general-clarks-battles.
- Centanni, Evan. 2014. "Syria Civil War Map — August 2014." *Political Geography Now* (Ago.). www.polgeonow.com/2014/08/syria-civil-war-map-august-2014-13.html.
- Centanni, Evan e Djordje Djukic. 2019. "Syrian Civil War Map & Timeline — September 2019." *Political Geography Now* (Set.). www.polgeonow.com/2019/09/syria-control-map-2019.html.
- Collier, David. 2011. "Understanding Process Tracing." *PS: Political Science & Politics* 44, no. 4: 823–30. polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/Understanding%20Process%20Tracing.pdf.
- CSIS. 2018. "Backgrounder: Hay'at Tahrir al-Sham." *Center for Strategic and International Studies (CSIS)* (Out.). csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/181018_Backgrounder.pdf?twUzerrr8ID9TDLJiP3oMZ8yIa_1Ez32.
- CSIS. 2019. "Syria in the Gray Zone." *Center for Strategic & International Studies (CSIS)* (Nov.). www.csis.org/analysis/syria-gray-zone.
- Derleth, James. 2020. "Russian New Generation Warfare: Deterring and Winning the Tactical Fight." *Military Review* (Set.-Out.): 82–94. www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/September-October-2020/Derleth-New-Generation-War/.
- Drevon, Jerome. 2024. "Can Jihadis' Strategic Interests Trump Their Ideology? Foreign Support and Insurgent Survival in Syria." *Studies in Conflict & Terrorism* (Set.). www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1057610X.2024.2398662.
- Drevon, Jerome e Patrick Haenni. 2021. "How global jihad relocates and where it leads. The case of HTS, the former AQ franchise in Syria." *Robert Schuman Centre for Advanced Studies*. cadmus.eui.eu/entities/publication/749ae446-0ee0-5505-93e9-2a9d75f6e33d.

Erlich, Reese. 2014. *Inside Syria: the backstory of their civil war and what the world can expect*. Prometheus Books.

Gademola, Mona S. 2024. "Determinants and dimensions of the shift in Turkish behavior towards northern Syria since 2016." *Review of Economics and Political Science* 9, no. 6: 536–53. www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/rep-07-2019-0096/full/html.

Galia, Eli e Yoram Schweitzer. 2020. "The Campaign over Idlib: The Dilemmas Facing the Salafi-Jihadist Organizations in Syria." *Institute for National Security Studies (INSS)* (Mar.). www.inss.org.il/publication/hayat-tahrir-a-sham/.

Gerasimov, Valery. 2016. "The Value of Science Is in the Foresight: New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations." Translated from Russian by Robert Coalson. *Military Review* (Jan.-Feb.): 23–9. www.armyupress.army.mil/portals/7/military-review/archives/english/militaryreview_20160228_art008.pdf.

Ghasemi Tari, Zeinab. 2025. "Challenging the Proxy Narrative: Hezbollah, Iran, and the Reimagining of Islamic Resistance in the Ummah." *Middle East Critique* 34, no. 3: 359–67. www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19436149.2025.2524643.

Glass, Charles. 2025. *Syria: Civil War to Holy War?* OR Books.

Grajewski, Nicole. 2021. The Evolution of Russian and Iranian Cooperation in Syria. *Center for Strategic and International Studies (CSIS)* (Nov.). www.csis.org/analysis/evolution-russian-and-iranian-cooperation-syria.

Hart, Chris. 1998. *Doing a Literature Review: Releasing the Social Science Research Imagination*. SAGE.

Hassan, Hassan. 2017. "Insurgents Again: The Islamic State's Calculated Reversion to Attrition in the Syria–Iraq Border Region and Beyond." *CTC Sentinel* 10, no. 11: 1–8. ctc.westpoint.edu/insurgents-again-the-islamic-states-calculated-reversion-to-attrition-in-the-syria-iraq-border-region-and-beyond.

Hassan, Hassan. 2019. "A Hollow Victory Over the Islamic State in Syria? The High Risk of Jihadi Revival in Deir ez-Zor's Euphrates River Valley." *CTC Sentinel* 12, no. 2: 1–6. ctc.westpoint.edu/wp-content/uploads/2019/02/CTC-SENTINEL-022019.pdf.

Heibner, Stefan, Peter R. Neumann, John Holland-McCowan e Rajan Basra. 2017. "Caliphate in Decline: An Estimate of Islamic State's Financial Fortunes." *International Centre for the Study of Radicalisation (ICSR)*. icsr.info/wp-content/

uploads/2017/02/ICSR-Report-Caliphate-in-Degradation-An-Estimate-of-Islamic-States-Financial-Fortunes.pdf.

Hersh, Seymour M. 2007. "The Redirection." *The New Yorker* (Fev.). www.newyorker.com/magazine/2007/03/05/the-redirection.

Hinnebusch, Raymond. 2020. "Thinking About the International Factor in the Syrian Crisis." In *The War for Syria: Regional and International Dimensions of the Syrian Uprising*, editado por Raymond Hinnebusch e Adham Saouli. Routledge, Taylor & Francis Group.

Hinnebusch, Raymond e Tina Zintl. 2015. "Introduction." In *Syria from Reform to Revolt: Political Economy and International Relations*, Volume I, editado por Raymond Hinnebusch and Tina Zintl. Syracuse University Press.

Hoffman, Frank G. 2007. *Conflict in the 21st century: the rise of Hybrid Wars*. Potomac Institute for Policy Studies.

Hoffman, Frank G. 2009. "Hybrid threats: Reconceptualizing the evolving character of modern conflict." *Strategic Forum* 240: 1–8. www.files.ethz.ch/isn/98862/SF240.pdf.

Kalyvas, Stathis N. 2018. "Jihadi Rebels in Civil War." *Daedalus* 147, no. 1: 36–47. www.amacad.org/sites/default/files/publication/downloads/Wi18_Daedalus_05_Kalyvas.pdf.

Korybko, Andrew. 2018. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Expressão Popular.

Lister, Charles. 2017. "Al-Qaida's Complex Balancing Act in Syria." *Perspectives on Terrorism* 11, no. 6: 122–9. www.jstor.org/stable/26295961?seq=1.

Mohamad, Faysal A. 2023. "The Astana Process Six Years On: Peace or Deadlock in Syria?" *Carnegie Endowment for International Peace* (Ago.). carnegieendowment.org/sada/2023/08/the-astana-process-six-years-on-peace-or-deadlock-in-syria.

Moniz Bandeira, Luiz A. 2024. *A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos — Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Civilização Brasileira.

Pernin, Christopher G., Brian Nichiporuk, Dale Stahl, Justin Beck e Ricky Radaelli-Sanchez. 2008. "Unfolding the Future of the Long War: Motivations, Prospects, and Implications for the U.S. Army." *RAND Corporation*. www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2008/RAND_MG738.pdf.

Phillips, Christopher. 2019. "International Actors in the Syrian Conflict." *Orient* 60, no. 2: 7–15. qmro.qmul.ac.uk/xmlui/handle/123456789/56660https://www.core.ac.uk/display/201006839.

Phillips, Christopher. 2020. *The Battle for Syria: International Rivalry in the New Middle East*. Yale University Press.

Rabinovich, Itamar. 2011. "The Devil We Knew." *The New Yorker* (Nov.). www.nytimes.com/2011/11/19/opinion/the-devil-we-knew.html.

Rolandsen, Oystein H. e Kjetil Selvik. 2024. "Disposable rebels: US military assistance to insurgents in the Syrian war." *Mediterranean Politics* 30, no. 5: 529–49. <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13629395.2023.2183664>.

Saad, Amal. 2019. "Challenging the sponsor-proxy model: the Iran–Hizbullah relationship." *Global Discourse* 9, no. 4: 627–50. bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/gd/9/4/article-p627.xml.

Salehyan, Idean, David Siroky e Reed M. Wood, 2014. "External Rebel Sponsorship and Civilian Abuse: A Principal-Agent Analysis of Wartime Atrocities." *International Organization* 68, no. 3: 633–61. www.jstor.org/stable/43282121.

Saouli, Adham. 2014. "Syria's Predicament: State (de-)Formation and International Rivalries." *Sharaka Research Papers* 10. research-repository.st-andrews.ac.uk/handle/10023/6792?show=full.

Schaller, Christian. 2016. "Siding with Rebels: Recognition of Opposition Groups and the Provision of Military Assistance in Libya and Syria (2011–2014)." In *From Cold War to Cyber War: The Evolution of the International Law of Peace and Armed Conflict over the last 25 Years*, editado por Hans-Joachim Heintze e Pierre Thielbörger. Springer International Publishing.

Sottimano, Aurora. 2019. "Syria in the 'Resistance Front': Persistence Through Reconfiguration?" In *Syria: From National Independence to Proxy War*, editado por Linda Matar e Ali Kadri. Palgrave Macmillan.

Srivastava, Mehul, Andrew England e Najmeh Bozorgmehr. 2024. "Iran 'lost faith' in Assad before his ousting." *Financial Times* (Dez.). www.ft.com/content/0311cae9-f35b-4e7a-952b-e26aba870549.

The Carter Center. 2017. "Syria Conflict: Weekly Conflict Summary — November 2–8, 2017." *The Carter Center*. www.cartercenter.org/resources/pdfs/peace/conflict_resolution/syria-conflict/weekly-conflict-summary-2017.11.02-08.pdf.

- U.S. 2003. *Syria Accountability and Lebanese Sovereignty Restoration Act of 2003*. Public Law: 108–75 (Dez.). www.congress.gov/bill/108th-congress/house-bill/1828.
- Van Dam, Nikolaos. 2017. *Destroying a Nation: The Civil War in Syria*. I. B. Tauris.
- Van Wagenen, William. 2025. *Creative Chaos: Inside the CIA's Covert War to Topple the Syrian Government*. The Libertarian Institute.
- Visentini, Paulo F. 2014. *O Grande Oriente Médio: Da Descolonização à Primavera Árabe*. Elsevier Editora.
- Yazici, Hanefi. 2018. "Proxy Wars in Syria and a New Balance of Power in the Middle East." *Journal of Management and Economics Research* 16, no. 3: 1–10. dx.doi.org/10.11611/yea.449260.

A GUERRA NA SÍRIA COMO GUERRA HÍBRIDA ORIENTADA À MUDANÇA DE REGIME (2011–2024)

RESUMO

Este artigo sustenta que a guerra na Síria deve ser analisada como um caso paradigmático de guerra híbrida orientada à mudança de regime, e não como “guerra civil” ou “guerra por procuração” em isolamento. Argumenta-se que, desde antes de 2011, a Síria foi tratada por Washington como nó estratégico de um redesenho regional voltado a enfraquecer o eixo Irã-Síria-Hezbollah e preservar vantagens de aliados-chave, ativando uma arquitetura de coerção que combinou pressão legal-diplomática, sanções, operações encobertas, assistência indireta, manipulação informacional e delegação do combate a forças locais. No terreno, a convergência entre patrocínios externos concorrentes (EUA, Turquia, Qatar, Arábia Saudita, entre outros) e a resposta contrabalançadora do bloco pró-regime (Rússia, Irã e Hezbollah) produziu fragmentação insurgente, escalada de correntes jihadistas, disputa por governança e internacionalização precoce do conflito. Mobilizando evidências de *process tracing* e revisão bibliográfica, o artigo reconstrói o mecanismo causal pelo qual instrumentos híbridos ampliaram custos, corroeram capacidades estatais e reorganizaram incentivos de atores armados, culminando na exaustão do governo Assad e na reconfiguração do campo político-militar sírio no pós-2024.

Palavras-chave: Guerra da Síria; Guerra Híbrida; Mudança de Regime; Conflito Indireto.

ABSTRACT

This article argues that the Syrian War is best understood as a paradigmatic case of hybrid warfare oriented toward regime change, rather than as a “civil war” or a “proxy war” in isolation. It contends that, well before 2011, Syria was treated by Washington as a strategic hinge within a broader regional redesign aimed at weakening the Iran–Syria–Hezbollah axis and preserving key allied advantages, activating a coercive architecture that combined legal-diplomatic pressure, sanctions, covert action, indirect assistance, informational manipulation, and the delegation of violence to local proxies. On the ground, the convergence of competing external patronage (the United States, Turkey, Qatar, Saudi Arabia, among others) and the counterbalancing intervention of the pro-regime bloc (Russia, Iran, and Hezbollah) generated insurgent fragmentation, empowered jihadist currents, deepened governance disputes, and internationalized the conflict at an early stage. Drawing on process tracing, and literature review, the article reconstructs the causal mechanism through which hybrid instruments increased costs, eroded state capacities, and reshaped armed actors’ incentives, culminating in the exhaustion of the Assad government and the reconfiguration of Syria’s political-military landscape after 2024.

Keywords: Syrian War; Hybrid Warfare; Regime Change; Indirect Conflict.

Recebido em 28/02/2026. Aceito para publicação em 25/08/2026.

NOTAS

1. O termo refere-se a correntes de islamismo jihadista que legitimam violência organizada como meio de projeto político, não ao Islã como religião (Kalyvas 2018).
2. Ciclo regional de protestos iniciado em 2010-2011 no Oriente Médio (Phillips 2020; Glass 2025).
3. O PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) é um movimento curdo ligado à insurgência na Turquia (Van Dam 2017; Phillips 2020).